

# “Não pagar a dívida seria infantil”

por Christina Lamb  
do Financial Times

Foi de certa forma desapontador encontrar o presidente Fernando Collor de Mello rigidamente sentado em uma cadeira como qualquer outro chefe de Estado. Este, afinal, é o autor do plano de salvação do Brasil, cuja queda para a teatralidade leva-o a grandes gestos que vão de passeios de jet-ski à apreensão de 80% dos ativos financeiros do país em seu primeiro mandato.

Depois de seis meses de aventuras de playboy e audácia econômicas o circo, ao que parece, acabou. Num nação acostumada a planos econômicos mal sucedidos e mal concebidos, o presidente Collor ganhou efeito de choque inicial ao arremessar o Brasil no que ele descreve como uma das mais audaciosas revoluções econômicas da sua história. Mas agora, com todas as portas abrindo-se para a recessão, o povo começa a exigir resultados mais tangíveis.

Ainda assim ele não parece perturbado. “Só tínhamos uma bala para abater o tigre, e ela foi direto no alvo”, diz, referindo-se à sua cruzada contra a inflação, era mais de 80% mensais quando ele assumiu a Presidência, em março. “Ela já perdeu quase todo o vigor”. Mas na marca dos 10% mensais e subindo, a inflação permanece teimosamente alta. Os esforços do governo, empresários e líderes sindicais para formar um pacto social refletem, talvez, sua percepção das dificuldades de transformar uma das mais fechadas economias do mundo numa de livre mercado, depois de uma década de estagnação.

O cabelo comprido e os passeios de motocicleta que marcaram o presidente Collor quando assumiu o cargo são agora coisa do passado. Por trás da nova fachada de estadista está um homem enfrentando problemas cada vez mais

graves. A alta dos preços do petróleo provocada pela crise no golfo Pérsico pode, ele diz, “ser muito prejudicial, dada a fragilidade da situação do Brasil”.

Collor mostra-se confiante com o rumo que as negociações com o FMI tomaram. Cartazes nas ruas lá fora anunciam as eleições para o Congresso, que decidirão se o plano do presidente prosseguirá sem obstáculos. Perto dali, defronte ao Ministério da Justiça, funcionários em greve solicitam aumento salarial de 274%. Na escrivaninha de Collor, jornais citam previsões da FIESP, principal associação dos industrialistas do País, dando conta de que o Produto Interno Bruto (PIB) deve cair 6% neste ano.

Mas a preocupação não parece ser uma emoção que o enigmático presidente brasileiro se permite exhibir. “É claro que, com um programa econômico tão vasto quanto esse, há uma parte da população que, tendo perdido seus privilégios, opõe-se às medidas do governo”.

Ele se refere aos líderes empresariais e sindicais que, acredita, formam o núcleo da oposição à sua revolução econômica. “Chamo-os de selvagens”, diz. Enquanto o governo mantém sua receita de política monetária apertada e de desindexação de salários apesar de considerável oposição jurídica e política, Collor acredita que as empresas e sindicatos conspiram para manter uma indexação informal e, assim, a inflação alta.

“A resistência do tigre deve-se à cultura inflacionária que predomina ainda em alguns setores”, diz. “Com a inflação alta, muitos empresários podiam ganhar mais com especulação financeira do que com trabalho produtivo.”

Ironicamente, a maior parte desses empresários votou em Collor, acreditando, com base em seus antecedentes conservadores, que ele seria um mal me-

nor do que Lula, o líder sindical que derrotou por margem estreita. Mas o presidente tinha outras idéias, que valem o que ele classifica como “revolução cultural e econômica”. Ele insiste: “Nenhum compêndio econômico mostra um plano tão rigoroso quanto esse, nem mesmo o de reconstrução da Alemanha em 1948... O FMI, ou qualquer banqueiro, não teria coragem de impor um programa desta dimensão a qualquer país do mundo”.

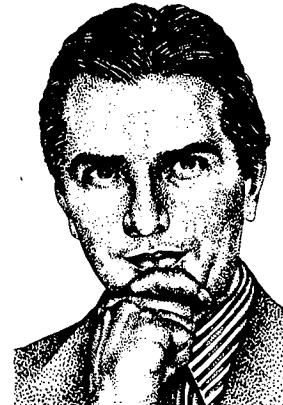
A favor de Collor pode-se lembrar a recusa do governo em intervir para suprimir as numerosas greves que o afetam, deixando-as aos cuidados das empresas e dos trabalhadores. Mas isso não quer dizer que ele hesite em usar autoritarismo à moda antiga para impor suas idéias liberais.

Ele é um homem de ação que “admira mais Winston Churchill do que a Margaret Thatcher”, e que usa decretos presidenciais para implementar as leis que

não consegue fazer o Congresso aprovar. Para muitos brasileiros, ele parece mais um general do que qualquer um dos antigos governantes militares do país, e há temores de que suas tendências autocráticas possam torná-lo mais comparável a Mussolini do que ao intrépido Indiana Jones.

A disciplina pessoal e política de Collor dá a impressão de que ele está desempenhando metodicamente um papel que sempre lhe coube — o helicóptero no qual viaja para seu escritório para ganhar tempo chega sempre tão pontualmente aos dois minutos para as nove que os funcionários da presidência costumam acertar seus relógios por ele.

Sua maior arma — que também poderá provocar-lhe a queda — é a confiança em si mesmo. Seu Partido de Reconstrução Nacional é pequeno e sua base de poder está no minúsculo estado nordestino de Alagoas, onde foi governador. O go-



Fernando Collor de Mello

res, já que não havia competição.

A maior parte não recebe bem a abertura da economia que, insiste o presidente, “significará produtos de melhor qualidade a preços inferiores”.

Além de tudo, se o Brasil precisa de capital estrangeiro para modernizar sua indústria, deve reconquistar a confiança da comunidade financeira internacional.

Desde junho de 1989 o país está em moratória extra-oficial junto aos credores de sua dívida externa — a maior dos países em desenvolvimento, de US\$ 120 bilhões. Os atrasados devidos aos bancos comerciais e ao Clube de Paris chegam já a US\$ 8 bilhões, o tamanho do total das reservas cambiais do País. As projeções orçamentárias para este ano não incluem pagamento do serviço da dívida, nem sequer pagamento simbólico, ponto que dificultou as negociações com o FMI.

Em entrevista ao Financial Times, o presidente Collor assumiu uma linha mais flexível, dizendo, pela primeira vez, que a idéia de um pagamento simbólico “estava em discussão”. Ele acrescentou: “Esperamos finalizar as negociações da dívida até o final do ano”. Insistiu: “Não queremos confronto” (com os banqueiros credores), “não é esta a política do governo. Se o Brasil quer unir-se ao Primeiro Mundo não pode tomar a decisão unilateral de não pagar a dívida. Isso seria infantil, algo que o governo não contempla”.

Os bancos credores não estão tão certos. Eles vêem os recentes convites do governo brasileiro a algumas instituições para negociações individuais como uma tentativa deliberada de contornar o comitê de assessoramento que em geral coordena as negociações em nome dos credores. Insistindo que “estamos jogando segundo as regras”, o presidente Collor disse:

“Quero recolocar os parâmetros dessa discussão. No passado, ela sempre foi demasiado emocional pelos dois lados, mas a questão é essencialmente uma — alguém deve, alguém é credor. Há amplo espaço para negociar. Podemos sentar à mesa e chegar a um denominador comum”.

Resolver o problema da dívida é uma das mais difíceis tarefas na missão que o presidente Collor se propôs a cumprir durante seu mandato. Em 1993 haverá um plebiscito que, ele espera, adotará o parlamentarismo.

Collor não afasta a possibilidade de buscar para si o posto de primeiro-ministro. “Tem havido muita especulação a esse respeito, talvez porque tenho apenas 45 anos de idade quando deixar a presidência, e ainda vou querer fazer alguma coisa”.

Não há ilusões de que o governo é mais do que um “one-man show”. Mas o presidente Collor ri da idéia de que ele poderia vir a se sentir vulnerável. “Não me sentiria isolado no poder”, diz, “porque me dou bem com o poder. Adoro fazer o que estou fazendo”.

Ele menciona o “ódio ao barulho” como uma das razões para gostar de ser presidente. Mas à medida que a recessão aperta e o desemprego cresce, é pouco provável que ele consiga deixar de ouvir os gritos de protesto nas ruas. E muito cedo para dizer se sua missão terá ou não sucesso, mas ele já implementou mudanças difíceis de reverter. O protecionismo, por exemplo, tomou sentido diferente aos olhos dos brasileiros que vêm comprando video-cassetes importados pela metade do preço dos fabricados no país. “Já há uma nítida mudança cultural”, alega o presidente Collor. “Os brasileiros sentem-se mais orgulhosos e um pouco mais seguros, apesar dos problemas que estamos enfrentando.”